

UM ETERNO PRESENTE? Percepção de estudantes universitários sobre o golpe militar de 1964 no Brasil

An Eternal Present? University Students' Perceptions of the 1964 Military Coup in Brazil

¿Un presente eterno? Percepción de estudiantes universitarios
sobre el golpe militar de 1964 en Brasil

MARISA BITTAR

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. E-mail: bittar@ufscar.br.

Resumo: Tendo a ditadura militar como objeto de pesquisa desde o meu mestrado, apresento para este dossiê um estudo realizado com estudantes de uma universidade federal brasileira sobre a percepção deles do golpe militar de 1964. A metodologia consistiu em apresentar a um grupo de estudantes, entre veteranos e calouros de Matemática, Química e Pedagogia a seguinte pergunta: “O que 1964 significou para o Brasil?”. Garantido o anonimato, foi solicitado apenas que, se desejassem, indicassem gênero e idade. Todas as pessoas indicaram esses dados sobre si mesmas. Como ferramenta teórica, empreguei a concepção de história como processo vivo e contraditório em si mesmo, dependente tão somente das próprias condições humanas. Além disso, adoto a teoria segundo a qual os três tempos – passado, presente e futuro – convivem, no mesmo instante em que cada ação humana é praticada.

Palavras-chave: ditadura militar; passado; memória coletiva; democracia.

Abstract: Having the military dictatorship as an object of research since my Master's degree, I present for this dossier a study conducted with students from a Brazilian federal university on their perception of the 1964 military coup. The methodology consisted of presenting a group of Mathematics, Chemistry, and Pedagogy students with the following question: “What did 1964 mean for Brazil?” With anonymity guaranteed, they were only asked to indicate their gender and age if they wished. All participants provided this information. As a theoretical tool, I use the conception of history as a living and contradictory process in itself, dependent solely on human conditions. Regarding the notion of time, I adopt the theory that past, present, and future coexist simultaneously, at the very moment each human action takes place.

Keywords: military dictatorship; past; collective memory; democracy.

Resumen: Teniendo la dictadura militar como objeto de investigación desde mi maestría, presento para este dossier un estudio realizado con estudiantes de una universidad federal brasileña sobre su percepción del golpe militar de 1964. La metodología consistió en presentar a un grupo de estudiantes, entre veteranos y estudiantes de primer año de Matemáticas, Química y Pedagogía, la siguiente pregunta: “¿Qué significó 1964 para Brasil?”. Con el anonimato garantizado, sólo se les pidió que indicaran su sexo y edad si así lo deseaban. Todas las personas indicaron estos datos. Como herramienta teórica, utilizo la concepción de la historia como un proceso vivo y contradictorio en sí mismo, dependiente únicamente de las condiciones humanas. En cuanto a la perspectiva del tiempo, adopto la teoría según la cual los tres tiempos –pasado, presente y futuro– coexisten en el mismo momento en que se realiza cada acción humana.

Palabras clave: dictadura militar; pasado; memoria colectiva; democracia.

INTRODUÇÃO

Quanto mais alto for o cume, mais se alarga o nosso horizonte e melhor nos apercebemos do conjunto.

Adam Schaff (1987)

Em seu livro *Uma introdução à história*, Ciro Flamarion Cardoso (1982) distingue o historiador dos demais cientistas sociais por sua primordial preocupação com o tempo, com a duração, com a mudança e as resistências à mudança, com as transformações e as permanências ou sobrevivências. De forma similar, Fernand Braudel assinalou o peso que as permanências exercem no processo histórico, sobrepujando as mudanças. Segundo esse historiador, as mudanças são inerentes ao viver em sociedade, mas, muitas vezes, não acompanham o ritmo dos nossos sonhos e desejos. Continuidades, mudanças e relação entre os tempos históricos são as categorias que inspiram a escrita deste artigo.

Na prática cotidiana de nossa profissão, seja ministrando aulas ou pesquisando, estamos, de uma maneira ou de outra, sempre atentos à relação entre passado, presente e futuro. Se, por um lado, a historiografia consiste em reflexão crítica sobre o passado; por outro, o passado tem sempre um sentido para nós. A história tem relação ativa com o passado na medida em que “ele nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir” (Chesneaux, 1995, p. 22).

Também tenho em consideração a concepção de história militante, isto é, a que pressupõe ação para modificar o presente e, portanto, interesse pelo futuro, tal como legada por Marx e Engels, que desnudaram a história dos atributos sobrenaturais rejeitando explicações idealistas que a caracterizavam, afirmando que “toda concepção anterior da história tem negligenciado completamente a base real da história ou a tem considerado assunto secundário sem nenhuma conexão com o curso da história” (Marx & Engels, 1985, p. 50). Quando elaboraram a sua obra historiográfica, os dois autores mostraram ser possível interpretar acontecimentos da “história diária”, da “história cotidiana viva da época” e ter, assim, “a inteligência clara dos acontecimentos no próprio momento em que eles se desenrolam” (Marx & Engels, 1985, p. 52). É tão possível interpretar historicamente o presente, que Jean Chesneaux, em *Devemos fazer tábula rasa do passado?*, chega até mesmo a inverter os sinais.

Em se tratando de um tema essencialmente político como os sessenta anos do golpe militar no Brasil, a atitude de conhecer esse passado não é um fim em si mesmo, pois ficam implícitos nesse exercício a perspectiva de uma prática social, um engajamento ativo e concreto para evitar rupturas violentas e autoritárias como foi o 31 de março de 1964. Essas ameaças não estão banidas da história brasileira, como sabemos. Tal concepção de história militante é polêmica, pois o apelo à ação

transcenderia o terreno historiográfico propriamente dito, já que a ação, por si só, contém elementos de uma situação futura, tal como explicou o maior sociólogo brasileiro sobre a concepção de história que “engata passado (remoto e recente), presente em processo e em vir-a-ser, e futuro (imediato ou distante) em potencial” (Fernandes, 1989, p. 28).

Essa perspectiva não negligencia o conhecimento metucioso do passado, tal como advertiu Friederich Engels aos jovens que empregavam o fraseado do materialismo para ocultar carência de estudos históricos próprios. Em uma carta de 1890, ele escreveu: “Toda a história precisa ser reestudada, as condições de existência das diversas formações sociais precisam ser examinadas em detalhe, antes de induzir delas as correspondentes concepções políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. Nisso pouco se fez até hoje, pois poucos se dedicaram seriamente (...) em vez disso, o fraseado do materialismo histórico (tudo pode afinal ser reduzido a frases) só serve para que muitos jovens alemães construam às pressas, a partir de seus conhecimentos históricos relativamente escassos – pois a história econômica ainda está nos cueiros! – todo um sistema, e aparecem então para si próprios como colossais” (Marx & Engels, 1985, p. 543).

Os limites entre o estudo do passado propriamente dito e o engajamento na ação política para transformar o presente foi tratado por Agnes Heller (1993), que apresentou nuances entre o conhecimento do passado (historiografia) e o conhecimento do passado para modificar o presente (filosofia da história) buscando a relação dialética entre passado e presente. Ela assinalou que, quando lidamos com o presente mirando o futuro, embora o tema do nosso interesse também abranja o passado, isto é, quando a nossa preocupação é o passado, o presente e o futuro, estamos diante de um modo de teorizar chamado filosofia da história. Para ela, não é o fato de que o tema seja o presente ou o passado que diferencia um do outro, mas sim se esse tema serve apenas como meio para lidar com os problemas do presente. Desse modo, a simples afirmação de que a historiografia sempre lida com o passado solicita outra afirmação: a historiografia não decide sozinha a questão sobre o que é passado. Este é “expressão de uma consciência coletiva a partir de diferentes aspectos que se seguem: onde começa o passado, o presente tem apenas um passado ou vários e, no caso de ter vários, quantos possui?” (Heller, 1993, p. 102). Visto sob outro prisma, o tema da historiografia é constituído pelo presente, já que a busca de um ou mais passados é sempre empreendida pelos sujeitos de hoje, sempre na perspectiva de que “o passado histórico não é o que é esquecido, mas aquilo que pode ser lembrado. Neste sentido, o passado está, na verdade, exclusivamente contido no presente” (Heller, 1993, p. 107).

Também está presente neste artigo, mesmo que de forma implícita, a minha vivência como militante de esquerda contra a ditadura militar, condição na qual, como membro da diretoria do Movimento Mato-Grossense pela Anistia e Direitos Humanos, em 1976, fui vítima de prisão. Em Campo Grande, o Partido Comunista Brasileiro

(PCB), o principal da esquerda naquela cidade de então, atuava ilegalmente e era o artífice da frente democrática contra a ditadura no sul de Mato Grosso. Sua tese era a de que ela somente seria derrotada por um movimento de massas e de amplas alianças. Ter sido parte desse movimento possibilitou-me acrescentar ao currículo do meu curso de História nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso conhecimentos que eu adquiria em grupos de estudos sobre autores proibidos na época, fossem da historiografia, da teoria política ou da filosofia. Em síntese, o marxismo.

Não apenas pelo meu passado político considero pertinente o tema da ditadura militar para este dossiê. Durante três décadas, como pesquisadores da ditadura militar, Amarílio Ferreira Jr. e eu, na Universidade Federal de São Carlos, montamos um arquivo com documentos inéditos, além de livros e recortes de jornais. Nossos levantamentos mostraram que, após 1985, o tema predominante nas pesquisas em educação brasileira foi o neoliberalismo. A ditadura militar ficou esquecida (Ferreira & Bittar, 1999; Bittar, 2006; Bittar & Ferreira, 2014). Ironicamente, foi a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018, o fato que finalmente despertou o interesse acadêmico pela ditadura militar. As pesquisas que realizamos nos permitiram compreender que esse passado esteve apagado devido a duas razões: 1) a história política deixou de ser importante na historiografia brasileira dando lugar à história cultural. Provieram daí novos temas de pesquisa centrados nas questões de gênero, de representações, identidades e questões subjetivas; 2) no campo da esquerda, a redemocratização (1985) coincidiu com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980, mais interessado em construir sua hegemonia política no cenário nacional e menos vinculado ao protagonismo da frente democrática. Antimarxista, o PT firmou-se no cenário da esquerda em oposição aos partidos e práticas políticas do “passado”, declarando-se único e legítimo representante dos trabalhadores. A construção dessa hegemonia foi construída olhando-se para a frente, o que era correto, mas descuidando-se do retrovisor.

Como pesquisadora e tendo sido parte do movimento democrático contra a ditadura, proponho, com este artigo, a reflexão sobre quais perguntas têm sido feitas a esse passado e que aspectos dele estão sendo evocados pelos sujeitos do presente. A razão disso é que a qualidade e validade das respostas dependem sempre das perguntas que lhe fazemos. O que queremos conhecer dele que ainda não conhecemos? Por que, essencialmente, voltamos a ele?

Fundamentada em tais pressupostos, apresento neste artigo o estudo que realizei com estudantes de graduação de uma universidade federal brasileira cujo objetivo foi averiguar o grau de conhecimento que tinham sobre o golpe de Estado de 1964 e suas implicações no presente. Transcorridos sessenta anos da implantação da ditadura militar, discuto aqui a percepção de uma parcela da juventude estudantil sobre a história recente do seu próprio país. A convicção de trazer a ditadura militar para o debate se baseia na teoria segundo a qual o passado só existe para nós se nós o convocarmos.

UM PASSADO ESQUECIDO?

Duas questões teóricas motivaram a decisão de elaborar uma análise sobre a consciência histórica de estudantes universitários sobre a ditadura militar e seus desdobramentos para a vida política e cultural do Brasil nos quarenta anos que nos separam dela, já que em 2025 completamos quatro décadas da conquista da democracia. Até que ponto essa conquista está consolidada e vem correspondendo às nossas expectativas? O conhecimento do passado nos auxilia nessa compreensão?

Para isso, devemos considerar, em primeiro lugar, a tendência de se apagar determinados passados. Não se trata de tendência exclusiva da atualidade, já que, na história, em quaisquer épocas, determinados passados foram preservados e enaltecidos contrastando com outros, relegados ao esquecimento. Por que razão as sociedades humanas adotam tal postura? Por que determinados passados interessam e outros não? Essa pergunta deve ser respondida com outra pergunta: interessam a quem? Pois todo e qualquer passado só existe para nós, e não em abstrato, isto é, ele existe se nós o trouxermos até o presente. A esse respeito, o historiador François Dosse (1992), ao realizar um balanço da historiografia francesa na década de 1990, expôs elementos da crítica e da autocritica pelas quais passava a Nova História quanto à rejeição desta pelas interpretações políticas. A política, lembrou ele, desde que a história se constituiu como disciplina, foi seu núcleo nobre. Sob o positivismo, ela privilegiou o poder instituído e elegeu como protagonistas chefes de Estado, reis e rainhas. Por ter tido essa origem, passou a ser rejeitada em interpretações historiográficas que elegeram outras esferas da atividade humana como mais importantes; a etnografia, por exemplo.

Para Dosse (1995), as consequências do quase abandono de estudos sobre história política e a emergência de novos problemas que conquistaram hegemonia na historiografia ocidental na década de 1990 requeriam um exame crítico devido à urgente necessidade de serem retomadas as interpretações políticas. No caso francês, tal urgência ficou clara ante a tendência de se apagar da sua história o colaboracionismo com o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial. Tal tendência, segundo Dosse (1995), era muito grave mesmo considerando o fato de que o país contava com um ensino de história sólido, sedimentado por uma forte historiografia de cunho positivista, isto é, uma historiografia na qual estava registrado tal colaboracionismo e que legou, por meio do sistema de ensino francês, fatos e datas de domínio geral entre a população. A propósito, qual turista, ao visitar a França, não se depara em cada igreja, em cada museu, em cada instituição pública, com uma linha cronológica mostrando aquele lugar específico como parte da cadeia de acontecimentos do país?

No caso brasileiro, o problema se agrava porque, aqui, o ensino de história foi prejudicado por um *déficit* político desde a ditadura militar, período durante o qual os currículos previam chegar, no máximo, ao estudo da Revolução de 1930. Na época, a

referência ao presente, isto é, à própria ditadura, era censurada nos cursos superiores de história, conforme aconteceu no meu. Fui testemunha, como estudante, do quão apagada foi essa página fundamental da vida nacional. Esse fato gerou vazio de conhecimento sobre a nossa história contemporânea, o que foi agravado, posteriormente, pela rejeição à história política, que foi associada ao positivismo, isto é, houve o equívoco de considerar que a história política tratasse simplesmente de “reis e rainhas; fanfarras e trombetas” (Braudel, 1983, p. 126), como se ela não pudesse e, principalmente, não devesse ser também dos trabalhadores, das mulheres, das pessoas apagadas da memória coletiva. Uma concepção de história política como essa fez muita falta.

Além disso, terminada a ditadura militar, ela em si não se tornou objeto de pesquisa importante na década seguinte, uma vez que ascendia a história cultural. Aliada a essa mudança de perspectiva teórica na Oficina de Clio, houve certa rejeição de se encarar um período dramático cujo término aconteceu de forma a preservar elementos estruturais do passado. O fato de a ditadura militar ter sido encerrada por meio da frente democrática que contava com predominância política dos setores conservadores fez dela um tema rejeitado por segmentos acadêmicos de esquerda que haviam discordado dessa estratégia. Contudo, foi a política de massas da frente democrática que gerou a mobilização pelas Diretas-Já, a maior mobilização popular da história do Brasil. E, mesmo assim, a emenda Dante de Oliveira que restituiria as eleições diretas para Presidente da República foi rejeitada pelo Congresso Nacional, em abril de 1984. Com tal derrota, o fim da ditadura só foi possível pela via da eleição indireta de Tancredo Neves (PMDB) em aliança com José Sarney (PDS), político este que havia sido um dos baluartes do regime militar. O lado conservador da passagem do poder militar para o civil ficaria mais nítido e consagrado devido a um acontecimento inusitado, pois entre a eleição indireta e a posse a 15 de março de 1985, Tancredo Neves perderia a vida, fato que tornou, então, José Sarney o primeiro presidente da redemocratização.

Ao mesmo tempo que ocorreu a tendência de apagamento do passado, fortaleceram-se, desde a década de 1990, os efeitos da revolução técnico-científica cujos resultados vêm se manifestando, dentre outros aspectos, na velocidade com que as informações são veiculadas, além das chamadas redes sociais, que criaram as suas próprias linguagens. O seu ritmo frenético traz consigo a falsa ideia de que só valem as informações do momento e, com isso, ocorre também uma mudança na forma de se encarar o passado. Para a maioria das pessoas, dependentes do que é transmitido pelos canais de comunicação e pelas redes sociais, a história se resume exatamente ao que eles transmitem. Aliás, a própria ideia de história fica anulada por essa forma hegemônica de comunicação atual, fato muito mais agravado do que o previsto por Eric Hobsbawm quando, na década de 1990, analisou esse e outros fenômenos do “breve século XX” afirmando que não mais estávamos sendo capazes de aprender com a história e que uma das razões do rompimento com o passado era a tecnologia extremamente avançada que caracterizava as sociedades de consumo. A perda de

referência histórica foi assim expressa por ele: “Essa tecnologia produz uma maneira de perceber o mundo que é um eterno presente. O que vale é o que você vê na TV. Não existe mais uma conexão orgânica com o passado. Grande parte das pessoas, principalmente as mais jovens, vive neste presente eterno. ‘Ontem’ deixou de ser uma referência, exceto para fins biográficos pessoais” (Hobsbawm, 1995, p. 07).

Se essa análise era um espelho da década de 1990, o que dizer de hoje, quando até mesmo a TV foi superada pela telinha do celular? Esse dado de realidade é indispensável para compreendermos a juventude que está nas universidades e que nasceu no século XXI. Foi nessa parcela que busquei os dados para este artigo.

QUANDO O PASSADO É SUBSTITUÍDO PELO ETERNO PRESENTE

Os resultados do estudo que apresento são frutos de dados colhidos para analisar os fenômenos relacionados à aceleração da história, o que Hobsbawm definiu como “eterno presente”. Respeitando o anonimato e os princípios éticos, tomei como referência um acontecimento histórico da maior relevância para a história do Brasil e, considerando que ele não está situado em um passado remoto, procurei verificar se é compreendido, e de que maneira o é, por uma parcela da população brasileira que tem acesso às informações veiculadas pela mídia como também ao ensino superior público, no caso, uma universidade federal. Considerando que a maioria da juventude estudante brasileira nesse grau de ensino encontra-se matriculada em estabelecimentos privados, cogitei que a situação socialmente favorável dessa parcela que usufrui da educação superior pública lhes proporcionasse um conhecimento mais claro sobre esse passado histórico. Com tal propósito, colhi 68 depoimentos de estudantes dos cursos de Matemática, Química e Pedagogia e cuja composição de classe provém, na maioria, das camadas médias. Esses cursos funcionam no período diurno e noturno, o que determina que poucos jovens sejam estudantes-trabalhadores. A metodologia consistiu em apresentar uma pergunta sobre o significado de 1964 solicitando-lhes que escrevessem livremente o que soubessem sobre esse fato histórico e suas implicações para a sociedade brasileira. A pergunta apresentada foi “O que 1964 significou para o Brasil?”. A identificação não foi exigida a fim de não inibir as respostas.

Para analisar o seu conteúdo, classifiquei os depoimentos nas categorias indicadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Classificação dos depoimentos de estudantes dos cursos de Matemática, Química e Pedagogia sobre o significado de 1964 para o Brasil

Não sabem	Acham que houve uma ditadura	Acham que sabem, mas erraram sobre o acontecimento	Sabem que houve um golpe de Estado	Sabem um pouco mais além do golpe em si	Total
10	07	10	21	20	68

Fonte: elaborado pela autora.

Nas respostas categorizadas como “não sabem”, encontram-se justificativas do tipo “não me lembro no momento” ou, simplesmente, “não sei”. No segundo grupo, as respostas foram quase todas “acho que foi a ditadura militar”. O terceiro grupo abrange respostas classificadas como “sabe do que se tratou 1964”, mas que, todavia, continham erros que evidenciavam desconhecimento sobre o fato em si. No grupo dos que “sabem que houve um golpe de Estado”, eventualmente, há textos explicativos além da afirmação pura e simples.

Passo, a seguir, a comentar esses depoimentos e destaque, para iniciar, o de um aluno (calouro de Matemática, 22 anos) que se enquadra exatamente na explicação de Hobsbawm sobre a perda do significado do “ontem” em nossas vidas. Assim escreveu ele: “Não sei se foi a era de Getúlio Vargas ou o começo do regime militar. Não me lembro! Eu, como muito amigos, não guardamos muitas datas e anos em que não vivemos” (Bittar, 2023). É de se notar a referência aos “muitos amigos” que, como ele, não guardam datas que não viveram. Em termos teóricos, essa resposta se enquadra no senso comum segundo o qual nós só compreendemos fatos dos quais participamos. Contudo, para contrariá-lo, destaque uma estudante (caloura de Pedagogia, 67 anos) que afirma: “Lembro-me apenas que houve uma revolução. Eu era menina e meus parentes ficaram apreensivos porque estavam com medo de estourar uma guerra. No mais, não me recordo. Seria a luta para acabar com o militarismo? Não sei” (Bittar, 2023). Essa resposta é de uma estudante de Pedagogia cuja faixa etária difere do perfil da maioria, o que ocorre em alguns cursos noturnos. Ela tem lembrança do que ocorreu, provavelmente pelo que teria ouvido, e da apreensão de seus parentes que temiam “estourar uma guerra”. Mas, apesar de ter vivido na época do golpe, embora “menina”, ela mesma não sabe se se tratava de “uma luta para acabar com o militarismo”. Esse depoimento demonstra, tal como outros, confusão conceitual entre golpe de Estado, revolução e guerra.

Em uma outra resposta, uma aluna afirma que houve “arruaças”, mas não as explica nem contextualiza. Uma das poucas a utilizar o conceito de golpe de Estado e os Atos Institucionais decretados pelo regime militar foi essa outra aluna do Curso de Pedagogia (caloura, 28 anos): “Foi um golpe de Estado que tirou do poder João Goulart que havia substituído Jânio Quadros, que renunciou. O golpe militar foi duro pois implantou vários Atos Institucionais, ou seja, o AI 1, AI 2, AI 3, AI 4, AI 5. Este último foi o mais duro” (Bittar, 2023). O conhecimento demonstrado por essa aluna seria o que pudéssemos esperar do conjunto de estudantes, já que, independentemente do curso superior em que se encontrem, deveriam contar com o aprendizado do ensino de história em sua escolaridade anterior. Saber pelo menos que houve um golpe de Estado, que o Presidente eleito, João Goulart, foi deposto pelas Forças Armadas e que, na sequência, uma série de Atos Institucionais arbitrários foram instituídos no país seria o tipo de conhecimento básico e até mesmo classificado como positivista que toda a população brasileira deveria ter.

A confusão conceitual foi uma característica presente em quase todos os depoimentos. O que reproduzo a seguir, além disso, revela desconhecimento sobre a própria extensão da ditadura, resumindo-a a um “ano cheio de tensão”: “Foi um ano de revolução entre os militares e os da oposição. (...) Houve muitos raptos, extradições, mortes, lutas armadas, gente mandada para fora do país, um ano cheio de tensão” (calouro de Pedagogia, 22 anos) (Bittar, 2023).

Os estudantes não distinguiram também entre ditadura militar e ditadura civil. Do conjunto das respostas que indicaram “saber algo mais além do golpe”, apenas onze citaram o nome do Presidente João Goulart. Na categoria “acham que sabem, mas indicaram erros históricos”, seis relacionaram 1964 ao Presidente Getúlio Vargas e um ao Presidente Juscelino Kubitschek. Esses dados contrariam uma pesquisa realizada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 1994, sobre o mesmo tema. Em matéria publicada nesse veículo de comunicação, em alusão aos trinta anos do golpe, verificou-se que 37% das pessoas entrevistadas afirmaram que ele vitimou o Presidente Juscelino Kubitschek (Políticas são..., 1994). Nas respostas que aqui apresento, também se verifica a mesma confusão, fato que nos leva a cogitar que tal erro tenha origem no ensino de história da escola básica, que negligenciou o estudo do nosso passado recente. Outro estudante (calouro de Matemática, 18 anos) afirmou: “Foi uma época de regime militar, o início de um dos mais repressivos métodos de governo adotado pelo Brasil, a ditadura militar que começou logo após o suicídio de Vargas, o presidente nacional” (Bittar, 2023). Por sua vez, um estudante de Química (calouro, 27 anos) respondeu: “Foi uma época de repressão social e cultural imposta por uma ditadura militar que culminou com o suicídio do então presidente Vargas” (Bittar, 2023). Essa resposta estava na categoria dos que declararam saber sobre o significado de 1964.

Na sequência, transcrevo uma outra resposta (calouro de Matemática, 21 anos) que expressa conhecimento sobre o golpe militar, mas estabelece comparação com a ditadura Vargas, a qual, comparada com a militar, teria obtido “certo consenso”: “Inegavelmente, é um ano que marca muito a nossa história contemporânea. A partir daí o povo brasileiro começa a viver seu primeiro momento de restrição à liberdade, de modo totalmente involuntário (na Era Vargas houve ditadura, mas certo consentimento popular)” (Bittar, 2023). Esse texto se destaca do conjunto por ser um dos que mais apresentam elementos históricos com a intenção de explicar 1964, julgando que o “primeiro momento de restrição de liberdade” tenha sido naquele ano, mas desconhecendo ou diminuindo o passado de autoritarismo marcante na história do Brasil, já que, para esse aluno, a ditadura de Vargas contou “com certo consentimento”. Não é provável que ele estivesse empregando o conceito de consentimento no sentido gramsciano para explicar que, em qualquer regime de força, há sempre uma parcela, ou um segmento social, que consente, isto é, que apoia a ditadura. Se ele o tivesse empregado, teria de ter afirmado que, em 1964, também houve consentimento da classe média, já que parte dela saiu às ruas em marcha “com

Deus, pela liberdade”. Não é o caso da resposta que estou citando, pois ela contrapõe simplesmente a ditadura de Vargas à militar, acreditando que apenas nesta “o povo viveu seu primeiro momento de restrição de liberdade, de modo totalmente involuntário”. O termo “involuntário” é utilizado para distinguir o período em que houve “consentimento”.

A perda de referência histórica entre a juventude universitária é confirmada pelo fato de que, do total de 68 respostas, apenas quatro indicaram que o término do regime militar foi em 1985 demonstrando que esse “ontem” tem pouco significado para ela. Uma das respostas (veterano de Pedagogia, 21 anos) nessa categoria foi: “O povo (massa popular atingida que se manifestava em passeatas) tinha de seguir o regime ditador que foi de 64 a 85” (Bittar, 2023). Esse texto chama atenção também pelo fato de o autor designar como “povo” apenas a “massa popular”, excluindo as demais classes sociais da composição, uma característica cultural recorrente na história do Brasil. Diferentemente de outros países, “povo”, no Brasil, é uma palavra geralmente pronunciada para se referir às camadas sociais pobres da nossa população e não à população como um todo. Essa resposta (Veterana de Pedagogia, 20 anos), porém, apresentou um dado pouquíssimo citado, isto é, o termo político “exílio”: “Foi uma época de muita repressão, o povo perdeu seu direito ao voto e muitos políticos e artistas foram exilados”. Quanto ao exílio do Presidente João Goulart, uma aluna afirmou: “Em 1964, foi dado o golpe militar no governo João Goulart sendo que ele ficou exilado fora do Brasil” (Bittar, 2023).

Outro aspecto que chama a atenção é uma certa idealização traduzida em vários depoimentos a respeito dos estudantes e de seu papel contestador, além de serem vistos como os que “mais sofreram” com a ditadura militar. Não é possível afirmar até que ponto esse protagonismo atribuído aos jovens está na lembrança da atual juventude por causa de alguma manifestação que tenha ocorrido após 1985, como a dos “caras-pintadas” que saíram às ruas contra Fernando Collor de Mello, em 1991, presidente que sofreu *impeachment* em 1992. Reproduzo a seguir dois desses depoimentos: “(...) os estudantes e artistas organizavam-se em nome de seus direitos, vivendo um clima de angústia e perseguição (...) foi um tempo em que as universidades e os estudantes se organizavam e se erguiam em nome de um ideal político” (Caloura de Pedagogia, 22 anos) (Bittar, 2023). Ou este (Calouro de Química, 20 anos): “O país passou por uma série de turbulências com o golpe militar, milhares de jovens saem às ruas em protesto” (Bittar, 2023).

Não se restringem aos estudantes mais jovens as expressões idealizadas, como “clima de angústia”, “tempo cruel”, “fase dolorosa”, “tempos de trevas”. Os mais maduros academicamente também não citaram as razões estruturais que desencadearam o golpe militar de 1964, as suas determinações econômicas, os interesses das classes dominantes brasileiras aliadas à bipolaridade ideológica da Guerra Fria, isto é, a disputa entre as duas superpotências da época, Estados Unidos da América e União Soviética. Prevaleceram nas respostas os aspectos mais aparentes,

como a repressão. A essência da ditadura militar, uma ditadura de classe, como ocorre em processos históricos dessa natureza e, nesse caso, com o propósito de reafirmar o Brasil como país integrante do capitalismo mundial, não consta em nenhuma das respostas. Uma veterana de Pedagogia (20 anos), por exemplo, assim se expressou: “A ditadura militar foi muito ruim para o Brasil. Vários intelectuais, educadores, políticos, estudantes ‘sumiram’, foram assassinados, presos, espancados e exilados. Foi, portanto, uma fase ruim e dolorosa” (Bittar, 2023).

A repressão cultural, um aspecto mais evidente na mídia e de maior domínio público, também é mais percebida pela juventude universitária. Dentre os diversos textos que se referiram aos artistas, selecionei este: “As produções musicais de Chico, Caetano e toda a MPB nunca foram mais críticas e inspiradas que naquela época. Talvez porque hoje seja um reflexo de tantos tempos de trevas sem poder refletir e expressar-se livremente. E na produção cultural, talvez pelos artistas sentirem-se, com a democracia, pouco estimulados a despertar espírito crítico na população” (Veterana de Pedagogia, 20 anos) (Bittar, 2023).

A ideia de que na democracia há menos “espírito crítico” é contraditória em si e nos faz pensar sobre a razão desse entendimento entre a juventude que tem acesso às melhores universidades brasileiras. Tratei da música popular brasileira em outro artigo, porém não posso deixar de me referir a esse aspecto do referido depoimento porque ele nos lembra da riqueza cultural que os anos de chumbo, contraditoriamente, fizeram emergir. Parte desse patrimônio musical nasceu em condições de censura que foi driblada por meio de metáforas que geraram belos versos poéticos. Em 1966, por exemplo, Geraldo Vandré escreveu que “gado a gente marca, tange, ferra, engorda e mata; mas com gente é diferente” (Vandré & Barros, 1966). Em 1978, uma única frase de Chico Buarque na canção “Apesar de você” tornar-se-ia lema da resistência democrática: “amanhã vai ser outro dia” (Holanda, 1978). Belezas e sutilezas de uma música marcante, hoje desconhecida pela juventude universitária.

É válido destacar também outro lado deste estudo: nenhum depoimento, exceto o de uma aluna que se referiu à obra de Paulo Freire produzida fora do Brasil, citou sequer um único nome das lideranças mais conhecidas da luta contra a ditadura militar. Apenas um aluno fez referência “à caça aos comunistas”, tendo sido o mesmo que citou o “consentimento” à ditadura Vargas. Nenhum depoimento, enfim, determinou a razão e o significado de 1964 e o tipo de desenvolvimento adotado pelo regime imposto pela força às custas da supressão das liberdades democráticas. A concentração da renda, o aprofundamento das contradições de classe, a dependência, a modernização autoritária operada pelo Estado brasileiro a fim de integrar o Brasil ao capitalismo mundial foram aspectos ignorados.

Nesses depoimentos, se alguém foi assassinado durante a ditadura, esse alguém é sempre um artista, um político ou estudante. Os operários, que foram os primeiros a protagonizar greves contra o arrocho salarial durante o regime militar, não

compõem a memória desses jovens sobre a resistência à ditadura. Outro dado perceptível nas respostas foi a falta de conhecimento sobre o processo que, afinal, pôs fim à ditadura militar. Não foi mencionado o protagonismo da frente democrática, isto é, a aproximação entre os setores progressistas que haviam combatido a ditadura militar desde o início da década de 1970 e os conservadores que, a partir das Diretas-Já (1984), passaram a desejar o seu término. E por que teria sido importante que esse fato fosse lembrado? Porque ele é emblemático do modo como a política acontece no Brasil: com prevalência das permanências em detrimento das rupturas. Desconhecer esse traço da história brasileira leva a equívocos e idealizações românticas, espécie de pensamento mágico que obscurece o quão ela é complexa e contraditória.

Por outro lado, nem mesmo os nomes mais emblemáticos daqueles que morreram por combater a ditadura militar foram lembrados.

Na relação entre presente e passado, para a juventude aqui pesquisada, não existiram Edson Luiz de Lima Souto (1968); Carlos Lamarca (1971) Alexandre Vannuchi Leme (1973); Vladimir Herzog (1975). Não existem para ela, mas, mesmo assim, existiram. Como, então, devemos pensar esse passado? Segundo a teoria que aqui emprego, o que não é lembrado não se constitui em passado para quem não o relembra, mas, mesmo assim, ele aconteceu e, por isso, é uma verdade que faz parte do processo histórico.

De maneira análoga, poderíamos fazer um exercício de comparação histórica para elucidar esse aspecto. Não é o fato de uma parcela da sociedade alemã, após a Segunda Guerra Mundial, ter declarado não saber que o nazismo aconteceu que ele, de fato, não tenha acontecido. Ele aconteceu independentemente de ser lembrado, e o Tribunal de Nuremberg, instituído pelas forças aliadas em 1945 para julgar os crimes cometidos pelos nazistas, foi a prova cabal dessa verdade.

O PASSADO HISTÓRICO É AQUILO QUE PODE SER RELEMBRADO

Sobretudo para quem se dedica ao estudo da história do Brasil, os dados aqui apresentados geram preocupação e nos lembra o autor Adam Schaff, que alerta para os riscos do presentismo e do relativismo segundo o qual “para cada um, sua verdade histórica” (Schaff, 1987, p. 127). Aceitar tal relativismo seria o mesmo que concordar com a premissa conforme a qual o que essa geração pensa ser a verdade é a própria verdade histórica. Nesse caso, estaríamos coniventes com o apagamento da história. Contudo, não é essa a posição teórica de quem redige este artigo.

Sendo a consciência coletiva resultado das condições de vida diária de uma dada sociedade, de suas necessidades, interesses e expectativas, incluindo a luta pela sobrevivência, ideias, opiniões, representações, ilusões e representações, é motivo de preocupação o fato de estarmos completando 60 anos do golpe militar, um passado

ainda recente e quase apagado da memória coletiva, embora elementos desse passado estejam, em grande parte, contidos no nosso presente. Não são poucos os traços de permanência provenientes daquele regime e ainda impregnados em nós, sociedade brasileira. Nesses 40 anos de conquista da democracia, vivemos, ao mesmo tempo, grandes mudanças culturais e políticas, e, ao mesmo tempo, mantemos elementos estruturais daquele passado.

A ausência de referência histórica e a perda de significado do “ontem” encontram legitimação no estudo aqui apresentado, pois os depoimentos revelaram quase exclusivamente elementos que compõem o nível psicológico-cotidiano, ou seja, do que se ouviu falar, ou do que vagamente é lembrado e quase nada do nível histórico-teórico. Paradoxalmente, no meio acadêmico, onde deveria prevalecer o senso filosófico, a curiosidade e a crítica acerca do nosso passado histórico, prevalece, ao contrário, o senso comum. Essa é uma constatação, não um julgamento moral. Se a nossa juventude pouco sabe sobre o seu passado histórico, isso tem a ver com o conjunto de questões discutidas ao longo deste artigo, principalmente com o ensino de história no ensino médio e com o fato de estarmos vivendo a era “da velocidade, digitalização, fragmentação, individualização, profusão de sujeitos, demandas e reivindicações seriais, mobilidade e movimentação” (Nogueira, 2023, p. 66). Segundo Nogueira, temos mantido uma democracia eleitoral, essencial em qualquer democracia, mas, ao mesmo tempo, não temos sido capazes de superar polaridades, desconfiamos da política e, ao não construirmos consensos mínimos, contribuímos para o surgimento dos “demônios da antipolítica” (Nogueira, 2023, p. 138).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para apresentar as minhas conclusões, retomo a questão central deste estudo: qual o nível de percepção de estudantes universitários sobre o significado de 1964 para o Brasil? As respostas aqui apresentadas expressam baixo conhecimento sobre o regime de força que durou vinte e um anos e deixou marcas.

O fim da ditadura, ocorrido por meio de um processo que derrotou o movimento popular das Diretas-Já (1984), impondo a passagem do poder militar para o civil pela via indireta, comprovou um traço persistente do processo histórico brasileiro, os arranjos “pelo alto”. Esse tipo de política é uma prática exercida pelas forças que detêm a hegemonia a fim de evitar rupturas estruturais e manter a condução do processo político na nova ordem que será instaurada. A forma pela qual terminou a ditadura militar pode ser compreendida por esse prisma que a teoria política explica como um arranjo que exclui, na nova ordem a ser instaurada, as forças que participaram do processo desejosas de ruptura social. Ela se soma a dois outros clássicos finais de regimes políticos no Brasil: 1) a independência política, em 1822, decretada pelo filho do Rei de Portugal, e que manteve na nova ordem política traços

estruturais da formação histórica brasileira, como escravidão e monarquia; 2) a Proclamação da República, em 1889, por um militar, ato que prescindiu do próprio Partido Republicano cuja justificativa para existir era a própria Proclamação da República. No caso da ditadura militar, o seu final garantiu que o primeiro presidente civil fosse um político que a havia apoiado e sustentado durante os vinte e um anos de sua existência, processo que garantiu elementos de continuidade na nova ordem política estabelecida em 1985.

A volta a esse passado que transcorreu há quarenta anos e que tanto marcou o Brasil nos é valioso e indispensável. Na história, compreendemos melhor o passado à medida que nos distanciamos dele porque somente esse distanciamento possibilita que conheçamos os efeitos dos acontecimentos. Quando eles estão em processo, por mais que nós nos esforcemos, não é possível sabermos sobre os seus desdobramentos, pois, no momento em que transcorrem, o que podemos fazer é prever cenários futuros, hipóteses viáveis. No entanto, jamais saberemos, de antemão, qual delas se concretizará.

Hoje vivemos o futuro de um regime que terminou em 1985. No instante em que ele transcorria, nem mesmo era possível termos a perspectiva exata de quanto tempo ele duraria. Da mesma forma isso é válido para qualquer acontecimento histórico. Transpondo esse exercício teórico para hoje, estamos vivendo um presente que só será plenamente compreendido quando todos os acontecimentos relativos a ele amadurecerem, isto é, quando o tempo for capaz de evidenciar e concretizar todos os seus desdobramentos. Por isso, os tempos históricos estão sempre relacionados uns aos outros. O futuro de 2024, para nós, quando se completaram sessenta anos do golpe militar, resume-se a cenários e perspectivas. Tal como aconteceu com a ditadura militar, esse futuro está desenhado na forma de projeções e hipóteses, pois ele ainda é o nosso presente. Sendo presente, não podemos ter certeza sobre qual das hipóteses se converterá realmente em futuro, pois, se soubéssemos isso de antemão, a História não seria um processo, ela já estaria dada.

Se os tempos históricos – passado, presente e futuro –, estão sempre entrelaçados na ação humana, o que pensar da memória coletiva traduzida em eterno presente? Pois, como ficou demonstrado, se o passado de quarenta anos da conquista da democracia não é conhecido pelos sujeitos do presente, que futuro está sendo construído por nós? Tal preocupação é pertinente tendo em vista a teoria da história aqui empregada porque são os sujeitos do presente os únicos capazes de convocar o passado para projetar o futuro. Por isso, os três tempos estão sempre interligados, mesmo que nós, em nosso cotidiano, não tenhamos percepção disso. Nenhum de nós vive o presente sem pensar no futuro porque, como seres humanos, é impossível não fazermos projeções e criar expectativas para as nossas vidas. Não podemos nos esquecer de que cada momento do passado histórico foi ao mesmo tempo um futuro e um presente.

Todavia, a revolução técnico-científica, com as sociedades conectadas em redes e se comunicando intensamente em tempo real, agrava a tendência e a sensação de

vivermos em um eterno presente, obscurecendo a importância do passado e diminuindo a crença no futuro. Que o futuro da humanidade seja sempre incerto, eis uma lição que a história nos ensina. Nada está determinado, nenhuma certeza temos sobre o futuro. As incertezas, porém, nunca foram maiores que as de hoje. Além da geopolítica que vem mudando rapidamente a relação entre os países, instituindo uma nova lógica mundial e colocando em questão os valores ocidentais, a velocidade com que a comunicação é determinada pela revolução tecnológica provoca a sensação de que a perspectiva de futuro seja impossível.

Ante essa constatação, como lidar com o nosso passado de sessenta anos do golpe militar, tão pouco conhecido pelos nossos estudantes? Os depoimentos coletados para este estudo nos deixam uma conclusão em forma de pergunta: a história teria passado à condição de periférica neste mundo conectado em redes? Diante das facilidades oferecidas pela revolução tecnológica, estaríamos em situação de abrir mão da história? Acredito que não. Como escreveu Roy Lowe (2002), sem a história, desconhecendo o nosso passado, nós, seres humanos, seríamos eternas crianças. Não saber o que aconteceu antes de nós nascermos nos torna seres inocentes, pueris, alienados da nossa própria condição de seres humanos. Sem a história, corremos o risco de repetir erros e, sem a história, permitimos que o nosso próprio passado possa ser mal usado por interesses do presente.

O protagonismo da sociedade brasileira pela consolidação da democracia enfrenta, hoje, desafios impensados em 1985 quando a ditadura foi derrotada. Vivemos uma sociedade totalmente diferente daquela. De um lado, podemos afirmar que o sistema político brasileiro mostra solidez mesmo mantendo no país desigualdades sociais alarmantes. Por outro lado, não podemos ignorar o fato de que, nas sociedades hipermodernas, com predomínio da vida digital, na qual a participação foi transferida dos partidos políticos para a “ágora digital”, conforme escreveu Marco Aurélio Nogueira, o “nós político”, que é a essência da democracia, “deu lugar ao movimentismo desorganizado (...) no qual, uma multidão de indivíduos soltos se move sem preocupação com coesão” (Nogueira, 2023, p. 123).

Ao completarmos sessenta anos do golpe militar, constatando a carência de conhecimentos da nossa juventude universitária sobre o regime imposto no Brasil em 1964, três compromissos são fundamentais: com a nossa geração; com as pessoas do passado – principalmente com as pessoas dos passados negligenciados –; e com a verdade. Como escreveu Richard Aldrich (2003), nossa primeira obrigação como historiadores é registrar e interpretar os acontecimentos do passado para os nossos contemporâneos e para as futuras gerações. O compromisso que devemos ter com a nossa geração, afirma ele, é o mesmo que devemos com as pessoas do passado, pesquisar, registrar, interpretar os acontecimentos do passado da forma mais completa e precisa possível. Para esse historiador, a história social não está morta, o tempo não é uma construção ficcional e o mundo não se resume a texto. Se formos escrupulosos, cuidadosos e autocríticos, nós podemos descobrir como os passados

aconteceram e chegar a conclusões sustentáveis sobre eles. Essas conclusões, portanto, afetariam o presente e, por consequência, influenciariam o futuro. Um futuro que está em construção mesmo com o desconhecimento do passado pelos jovens universitário.

REFERÊNCIAS

- Aldrich, R. (2003). The three duties of the historian of education. *History of Education*, 32(2), 133–143. <https://doi.org/10.1080/00467600304130>
- Bittar, M. (2006). O estado da arte em História da Educação Brasileira após 1985: Um campo em disputa. In J. C. Lombardi, D. Saviani, & M. I. M. Nascimento (Orgs.), *Navegando pela história da educação* (Vol. 1, pp. 1–24). Campinas: HISTEDBR.
- Bittar, M., & Ferreira Junior, A. (1999). História nova e historiografia brasileira no contexto do regime militar. *Fronteira: Revista de História*, 5, 9–26.
- Bittar, M. (Organizadora). (2023). Percepção de estudantes universitários sobre o golpe militar de 1964 no Brasil [Compilação de depoimentos orais]. Disponível sob solicitação.
- Braudel, F. (1983). *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cardoso, C. F. (1982). *Uma introdução à história*. São Paulo: Brasiliense.
- Chesneaux, J. (1995). *Devemos fazer tábula rasa do passado?* (M. A. da Silva, Trad.). São Paulo: Cortez Editores.
- Dosse, F. (1992). *A história em migalhas: Dos Annales à Nova História* (D. A. S. Ramos, Trad.). Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas; São Paulo: Ensaio.
- Dosse, F. (1995, julho). Palestra apresentada na Associação Nacional de História (ANPUH), Recife.
- Fernandes, F. (1989). *Marx/Engels – História*. São Paulo: Ática.

- Ferreira Jr., A., & Bittar, M. (2014). O coronel Jarbas Passarinho e a ditadura militar: O último intelectual orgânico. In J. R. Martins Filho (Org.), *O golpe de 1964 e o regime militar: Novas perspectivas* (2ª ed., pp. 201–223). São Carlos: EdUFSCar.
- Heller, A. (1993). *Uma teoria da história* (D. B. F. F. Lima, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Holanda, F. B. (1978). *Apesar de você* [Canção].
- Hobsbawm, E. (1995, abril). Entrevista. *Revista Veja*. São Paulo: Abril Cultural.
- Lowe, R. (2002). Do we still need the History of Education? Is it central or peripheral? *History of Education*, 31(6), 491–504. <https://doi.org/10.1080/0046760022000020695>
- Marx, K., & Engels, F. (1985). *Obras escolhidas* (T. III). Lisboa: Edições Avante!
- Nogueira, M. A. (2023). *A democracia desafiada: Recompôr a política para um futuro incerto*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades.
- Políticos são categoria mais rejeitada do país. (1994, julho). *O Estado de São Paulo*.
- Schaff, A. (1987). *História e verdade* (M. P. Duarte, Trad.; 4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vandré, G., & Barros, T. (1966). *Disparada* [Canção].

MARISA BITTAR: Professora Titular de História, Filosofia e Políticas da Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desde 1993. Graduada em História (Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso); Doutora em História Social (USP). De 2011 a 2012, realizou Pós-Doutorado em História da Educação (Institute of Education/University College London - UCL). É bolsista de Produtividade em Pesquisa/CNPq desde 2008. De 2019 a 2025, coordenou o Grupo de Trabalho “Observatory for the History of Education” – ISCHE. Com Amarílio Ferreira Jr. publicou *A educação soviética* (EdUFSCar, 2021).

E-mail: bittar@ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0002-3990-3210>

Recebido em: 30.07.2024

Aprovado em: 13.03.2025

Publicado em: 01.05.2025

NOTA:

Este artigo faz parte do dossiê “A Educação nos Tempos da Ditadura”.

EDITORES RESPONSÁVEIS:

Eduardo Lautaro Galak (UNLP, Argentina)

E-mail: eduardo.galak@unipe.edu.ar

<https://orcid.org/0000-0002-0684-121X>

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

E-mail: elizabethfsa1@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5861-7535>

Rosa Fátima de Souza Chaloba (Unesp)

E-mail: rosa.souza@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-3905-7317>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: três convites, nenhum parecer recebido.

R2: três convites, nenhum parecer recebido.

R2: dois convites, dois pareceres recebidos.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Bittar, M. (2025). Um eterno presente? Percepção de estudantes universitários sobre o golpe militar de 1964 no Brasil. *Revista Brasileira de História da Educação*, 25, e374.

DOI:

<https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e374>

FINANCIAMENTO:

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).